EUROPEAN ANTI POVERTY NETWORK

Briefing

A Inclusão das Comunidades Ciganas e *Travellers* na UE

Questões e Desafios

SETEMBRO DE 2011, BRUXELAS

EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK

RÉSEAU EUROPÉEN DE LUTTE CONTRE LA PAUVRETÉ ET L'EXCLUSION SOCIALE

SQUARE DE MEEÛS, 18 – 1050 BRUSSELS

ÍNDICE

1. Introdução 3
2. As Comunidades Ciganas na UE 3
3. Principais áreas de exclusão das Comunidades Ciganas 4
4. Ferramentas da UE para a Inclusão das Comunidades Ciganas 7
5. O Papel dos Estados-Membros na monitorização nacional 12
6. As principais preocupações da EAPN 13
7. Referências 14

1. Introdução

Muitos membros da EAPN trabalham diretamente com as questões da Inclusão das Comunidades Ciganas, mas este trabalho não é suficientemente percetível e plasmado no trabalho da EAPN. Esta temática tornou-se também uma prioridade da UE devido ao aumento da discriminação e dos ataques contra essas comunidades. Estas últimas foram identificadas como um dos grupos em maior risco de pobreza e exclusão social nos Relatórios Estratégicos Nacionais sobre a proteção e a inclusão social, como parte do MAC Social. Durante 2010-2011, tornou-se uma das principais prioridades da UE devido ao aumento da discriminação e dos casos de violência racista sobre essas comunidades. A 5 de Abril, foi publicada uma proposta de Diretiva-Quadro para as Estratégias Nacionais para a Integração das Comunidades Ciganas, sob os auspícios do Comissário Responsável pelos Direitos Fundamentais.

É, portanto, um momento oportuno para a EAPN realizar um *mapeamento* sobre o papel dos seus membros na inclusão das Comunidades Ciganas, conhecendo quantos membros trabalham diretamente nesta área, e quais são as principais preocupações, como um primeiro passo para desenvolver o seu contributo nesse domínio. O objetivo deste *briefing* é definir o contexto da Política da UE e as recentes evoluções ao nível das políticas, informando as redes nacionais e os membros da UE sobre as questões ligadas às Comunidades Ciganas, a nível europeu.

2. As Comunidades Ciganas na UE

Há cerca de 10-12 milhões[1] de ciganos na Europa e mais de metade deles vive nos Estados-Membros da UE. A Roménia é o país com a maior comunidade cigana (cerca de 500.000 nas estatísticas oficiais, mas as estimativas são de 1 a 3 milhões), seguida da Bulgária, Espanha, Hungria e Eslováquia. Malta é o único Estado-Membro da UE sem pessoas autóctones da etnia cigana. As Comunidades Ciganas são parte integrante da sociedade e da economia Europeia, mas são também muitas vezes vítimas de preconceito, discriminação e exclusão. As violações dos Direitos Humanos contra estas comunidades não são sempre processadas pelas autoridades. Estas comunidades são também desproporcionadamente afetados pela pobreza. Enquanto a taxa média de pobreza do conjunto da UE é de cerca de 17%, a taxa de pobreza destas comunidades é pelo menos quatro vezes superior. Para além disso, estão expostas a um alto risco de tráfico de seres humanos, sobretudo devido à sua baixa condição socioeconómica.

Embora a UE garanta a livre circulação e residência dentro das suas fronteiras para todos os seus cidadãos, alguns países da UE despejaram dos acampamentos

[1] Os dados deste *briefing* foram retirados de documentos referenciados no final deste documento.

as Comunidades Ciganas nómadas ou expulsaram-nas do país. As autoridades francesas expulsaram mais de 10.000 membros da etnia cigana em 2009 e 8.000 em 2010, e as autoridades italianas expulsaram-nos dos seus acampamentos de forma violenta (por ex. em Roma no ano de 2011). A Dinamarca e a Suécia expulsaram alguns membros de etnia cigana em 2010, e a Alemanha em 2009 pagou a alguns ciganos (imigrantes) para regressarem ao seu país de origem. A França mandou regressar ao seu país de origem, em 2010, "a título voluntário", membros das comunidades ciganas, pagando-lhes uma pequena quantia em dinheiro – mas os que recusaram foram deportados sem dinheiro. Uma das deportações mais chocantes ocorreu em 1992 quando a Alemanha expatriou dez milhões de imigrantes ilegais para o Leste da Europa – a maioria deles eram ciganos. Muitas vezes, algumas Comunidades Ciganas são também forçadas a saírem do seu país de origem por causa da discriminação de que são alvo, sendo este um problema comum na Europa - incluindo a Roménia e a Bulgária.

Além disso, em muitos países da UE, a retórica e ações anti-ciganos foram levadas a cabo por extremistas assim como pelos principais partidos políticos. Todas as instituições da UE reconheceram a gravidade da situação vivenciada pelas Comunidades Ciganas, mas não foram definidas e implementadas ações suficientes para contrariar esta situação.

3. Principais áreas de exclusão das Comunidades Ciganas

Discriminação

As Comunidades Ciganas são frequentemente vítimas de despejos forçados, ataques racistas, e maus-tratos policiais. Em alguns países, são impedidas de obter a cidadania e os documentos necessários para os serviços de saúde e a segurança social. Na maioria dos casos, a discriminação das Comunidades Ciganas é baseada em preconceitos raciais e estereótipos negativos veiculados pelos políticos e os meios de comunicação social. Os cidadãos ciganos continuam a sofrer de discriminação negativa e segregação na educação, no emprego, nos serviços de saúde, no acesso à habitação e nas prestações sociais, em muitos Estados-Membros. Por exemplo, na Eslováquia as autoridades utilizaram métodos diferentes para deslocar as Comunidades Ciganas para blocos de apartamentos exíguos, longe do centro da cidade, e os cortes nas prestações sociais só têm piorado a situação. Em Itália, a abordagem do Governo relativamente às Comunidades Ciganas é que sendo "nómadas", as leis aprovadas nos anos 80 e 90 para "proteger as culturas nómadas" traduzem-se na construção de acampamentos à parte da sociedade maioritária.

Os ataques racistas são de longe a pior forma de discriminação contra as Comunidades Ciganas. Nos últimos anos, houve assassinatos por motivos étnicos entre as Comunidades Ciganas na Hungria, na Eslováquia e na República Checa, enquanto na Roménia, pessoas que se juntaram no âmbito de movimentos *mobs* incendiaram-lhes as casas, levando-os a abandonarem as suas aldeias. Na década de 90, na República Checa sete ciganos foram espancados até à morte. Nos

últimos anos, a Hungria tem vivenciado uma série de assassinatos racistas de membros das comunidades ciganas. A polícia nem sempre protege as Comunidades Ciganas desses ataques, e estas comunidades nem sempre comunicam os ataques de que foram alvo e que lhes causaram ferimentos menores, porque têm medo da discriminação por parte da polícia.

As Comunidades Ciganas enfrentam problemas múltiplos e complexos que estão interligados. Não têm acesso à educação, a uma habitação digna, ou muitas vezes têm uma habitação digna mas não têm emprego, ou têm empregos mas são discriminados. É por isso que os mediadores são muito importantes – pessoas que falam a sua língua (tanto linguisticamente como metaforicamente falando) – para efetuar no terreno a avaliação das necessidades e para colmatar as lacunas entre estas comunidades e a sociedade maioritária.

Educação

As crianças das Comunidades Ciganas não conseguem, muitas vezes, atingir tão bons resultados como as outras crianças. São segregadas em escolas diferentes e muitas vezes são discriminadas na própria escola. Muitas crianças ciganas são ainda colocadas em escolas para crianças com deficiência mental. Por exemplo, um terço das crianças ciganas na República Checa frequenta escolas especiais. Apenas 42% dessas crianças completam o primeiro ciclo (a média da UE é de 97,5%). Vários fatores contribuem para isso, nomeadamente as condições precárias de saúde; a fraca motivação para a aprendizagem; as diferenças de género; a má auto-imagem e os maus resultados escolares; a habitação precária e as más condições de vida; o baixo nível educacional dos pais; a necessidade de terem de aceitar trabalhos sazonais para contribuírem para o sustento da família e ajudar os pais; e uma falta de referência do papel das Comunidades Ciganas no processo educativo. Um fator significativo é que muitas crianças ciganas na Europa Oriental falam Romani, e quando chegam à escola não sabem uma única palavra da língua oficial do país.

As escolas "ciganas" estão superlotadas e têm, muitas vezes, falta de professores qualificados. A Comunidade Cigana, na Grécia, encontra-se na posição mais desfavorecida em termos de educação – em 2008, apenas 4% de crianças ciganas tiveram uma escolaridade de pelo menos dez anos. Além disso, 35% dos ciganos na Grécia eram analfabetos em 2008 (comparado com a Polónia: 11%, 10% na Roménia e 5% na Bulgária).

Emprego

A taxa de emprego entre os membros das Comunidades Ciganas é mais baixa do que a das outras comunidades. Isto pode ser explicado pela baixa taxa de conclusão do primeiro ciclo, pelo nível baixo de alfabetização, e pelo racismo no local de trabalho juntamente com a relutância dos empregadores para os contratarem, muitas vezes, forçando-os a trabalhar de forma ilegal e precariamente. A taxa de emprego remunerado das populações ciganas (auto-

emprego ou trabalhos a tempo inteiro ou parcial) em 2008 atingiu o seu máximo na República Checa com 44%. Por outro lado, apenas 17% na Roménia e 18% na Polónia afirmaram ter este tipo de emprego. É muito comum os ciganos serem excluídos do emprego simplesmente porque podem ser visivelmente identificados como membros dessa etnia. Os que trabalham enfrentam, muitas vezes, a desigualdade e a discriminação ao nível das condições de trabalho, por exemplo, os seus salários são inferiores ao dos colegas não-ciganos.

Para além das baixas qualificações e das situações de discriminação, existem ainda outras razões. Uma delas, muito importante, é o facto de que as artes e os ofícios tradicionais das Comunidades Ciganas (trabalho de metais, joalharia, cestaria, etc) estão a ser substituídos pela produção em massa em fábricas. Os conhecimentos e as competências tradicionalmente transmitidos de geração em geração são agora obsoletos num mercado de trabalho competitivo.

Saúde

As Comunidades Ciganas têm uma taxa de esperança média de vida de menos 10 anos do que a maioria da população, e uma taxa de mortalidade infantil 2 a 6 vezes superior à média. Entre as razões que justificam estes dados encontram-se as condições de vida precárias, a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, a uma maior exposição aos riscos em geral, etc. As competências linguísticas insuficientes podem ser uma barreira, assim como as diferenças culturais. Estes elementos podem dificultar o acesso aos serviços de saúde. Em alguns países, as Comunidades Ciganas não têm documentos, ou os seus filhos não foram registados quando nasceram. Esta situação associada com a falta de uma morada oficial, dificulta de forma significativa o seu acesso a todo o tipo de serviços.

Habitação e outros serviços públicos

A segregação territorial é significativa entre as Comunidades Ciganas, isto é, vivem em áreas predominantemente habitadas por outras comunidades de etnia cigana. Em 2008, a taxa mais alta verificou-se na Bulgária (72%), Roménia (66%), Eslováquia (65%) e Grécia (63%). A Polónia teve o maior número de ciganos a viver em bairros (53%). As condições de habitação destas comunidades são geralmente muito precárias. Os acampamentos rurais são geralmente segregados e isolados dos serviços públicos e apresentam ausência de infra-estruturas básicas. Os acampamentos urbanos são geralmente integrados na sociedade maioritária, mas também não têm acesso à assistência social nem aos serviços públicos e não conseguem aceder a outros serviços. As Comunidades Ciganas não possuem informação sobre os serviços, os seus direitos e responsabilidades - e os profissionais não têm nem formação nem recursos para lidar com este público. Mais uma vez - a falta de uma morada fixa constitui um problema sério. Muitos membros destas comunidades construíram as suas casas, em terrenos que não eram deles, há mais de 100 anos atrás, mas não lhes é reconhecido nenhum direito sobre a terra, e, portanto, não podem usar essa morada. O Governo, central e local, expulsa-os muitas vezes, por esse motivo.

Rendimento mínimo

No novo documento da Comissão sobre a Inclusão das Comunidades Ciganas, pouca atenção é dada ao rendimento mínimo como pré-condição necessária para promover a inclusão das comunidades ciganas como parte de uma abordagem de Inclusão Ativa. Não existem dados comparáveis através dos EU-SILC para as minorias étnicas, incluindo os ciganos. Os dados nacionais e os *inputs* da EAPN destacam as dificuldades de acesso ao rendimento mínimo adequado, devido aos critérios de residência e à discriminação nos quadros de elegibilidade.

O European Roma Rights Centre refere casos de discriminação direta contra as Comunidade Ciganas, em que os assistentes sociais decidem cortar as prestações sociais com base em preconceitos (os ciganos são vistos como preguiçosos e excessivamente dependentes de subsídios). O Parlamento Europeu, no seu recente relatório sobre a Inclusão dos Ciganos (2010/2276 (INI) destaca a importância de garantir a igualdade de acesso à proteção social por parte das Comunidades Ciganas – apoiada numa estratégia de Inclusão Ativa, que permita um rendimento mínimo adequado, bem como um acesso aos serviços e a um mercado de trabalho inclusivo.

4. Ferramentas da UE para a Inclusão das Comunidades Ciganas

A legislação da UE

A Diretiva sobre a Igualdade Racial é a peça-chave da legislação da UE contra a discriminação com base na raça ou origem étnica. Foi adotada em 2000 e obriga os Estados-Membros a dar igualdade de acesso às minorias étnicas (como os ciganos) a serviços como a educação, saúde, habitação e emprego.

A Comissão apresentou uma proposta em 2008 para uma nova diretiva sobre a igualdade que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre pessoas independentemente da religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual – fora do emprego.

A Diretiva sobre a Livre Circulação das Pessoas (2004) concede o direito aos cidadãos da UE e às suas famílias de residir e circular livremente no território da UE e nos Estados-Membros do EEE.

A Diretiva relativa à luta contra o racismo e a xenofobia (2008) visa garantir que estes dois fenómenos sejam puníveis na UE com sanções efetivas, adequadas e dissuasivas. Tem também o objetivo de melhorar e incentivar a cooperação judicial neste domínio.

A Carta Europeia dos Direitos Fundamentais (2007) concede o direito de acesso aos serviços de saúde.

O Método Aberto de Coordenação aplicado à Proteção Social e Inclusão Social: as Comunidades Ciganas têm sido identificadas, nos Relatórios Estratégicos Nacionais e no Relatório Conjunto de 2009 e 2010, como um dos grupos prioritários de intervenção por vivenciarem situações de pobreza, exclusão social e de discriminação.

A Estratégia de Inclusão Ativa (com base na Recomendação da Comissão de 2008 e aprovado pelo EPSCO em Dezembro de 2008) faculta uma base importante para uma abordagem integrada das Comunidades Ciganas - e garante o rendimento mínimo adequado, o acesso a um trabalho de qualidade e aos serviços básicos.

Os 10 Princípios Básicos Comuns da Inclusão das Comunidades Ciganas têm por objetivo orientar as instituições da UE e os Estados-Membros na conceção e execução das políticas (com políticas construtivas, pragmáticas e não discriminatórias, com uma definição de objetivos explícita mas não exclusiva, uma abordagem intercultural, visando a integração – *mainstreaming*, a dimensão de género, a transferência de políticas baseadas em evidências, o uso de instrumentos Comunitários, o envolvimento das autoridades regionais e locais, o envolvimento da sociedade civil e a participação ativa das Comunidades Ciganas). Estes princípios foram anexados pelos Ministros dos Assuntos Sociais e do Emprego da União Europeia a 8 de junho de 2009 ao Documento com as Conclusões sobre a Inclusão das Comunidades Ciganas.

A legislação do Conselho da Europa

A Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) é o **instrumento** chave do Conselho da Europa e um órgão de controlo independente, especializado no combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia, ao anti-semitismo e à intolerância.

Novos Desenvolvimentos

Estratégia Europeia 2020

A Estratégia Europeia 2020 estabelece como um dos objetivos a redução da pobreza em 20 milhões até 2020 (baseado em três indicadores – o risco de pobreza, a situação de privação material severa e os agregados familiares desempregados). Os Estados-Membros têm de definir os seus próprios objetivos gerais e específicos e identificar os principais grupos-alvo. É de esperar que as Comunidades Ciganas sejam um deles, dado os seus elevados níveis de pobreza, de privação material e as dificuldades que enfrentam no acesso a empregos de qualidade. A Plataforma Europeia contra a Pobreza identifica as Comunidades Ciganas como uma prioridade-chave. No entanto, a ação principal sobre as

Comunidades Ciganas está a ser conduzida pela Comissária dos Direitos Fundamentais, Viviane Reding.

A 5 de abril, a Comissão apresentou um Quadro Europeu para Estratégias Nacionais para a Integração das Comunidades Ciganas até 2020, o que ajudará a orientar as políticas nacionais direcionadas a estas comunidades e a mobilizar os fundos disponíveis a nível da UE para o processo de inclusão dos ciganos. A Comissão propõe que as estratégias nacionais de integração dos Ciganos sejam projetadas ou, caso já existam, sejam adaptadas para atender aos objetivos de integração dos ciganos na UE. O Comité da Proteção Social publicou o seu parecer sobre a Inclusão das Comunidades Ciganas a 2 de maio de 2011, destacando que a situação destas comunidades deveria ser tida em conta no âmbito da política global da Estratégia Europeia 2020 através da integração, particularmente com vista à prossecução do crescimento inclusivo. A 19 de maio de 2011, o Conselho EPSCO aprovou a proposta quadro, que foi enviada para a aprovação do Conselho Europeu de junho.

O Quadro Europeu desenvolve uma abordagem orientada de forma a permitir a inclusão das Comunidades Ciganas através do estabelecimento de objetivos em quatro áreas principais:

• Educação: garantir que todas as crianças ciganas completem o primeiro ciclo;
• Emprego: diminuir as desigualdades no emprego entre os ciganos e os não-ciganos;
• Saúde: reduzir as disparidades/desigualdades em matéria de saúde entre os Ciganos e a população em geral;
• Habitação: diminuir o défice no acesso à habitação e aos serviços públicos, assim como o acesso as principais infra-estruturas (como por exemplo: a água e eletricidade).

As principais lacunas na abordagem do Quadro Europeu são:

• A falta de uma abordagem integrada à Inclusão Ativa
• A falta de uma menção específica ao rendimento mínimo adequado
• A falta de medidas proativas para combater a discriminação e a segregação
• A falta de um enfoque específico na participação, no *empowerment* e na representatividade

O documento salienta que o princípio da igualdade de tratamento não impede os Estados-Membros de manter ou aprovar medidas específicas para prevenir ou compensar desigualdades relacionadas com a origem racial ou étnica. Alguns Estados-Membros já utilizaram com sucesso uma ação positiva em favor das Comunidades Ciganas, considerando que as medidas clássicas de inclusão social não foram suficientes para responder às necessidades específicas destas comunidades.

As estratégias nacionais dos Estados-Membros devem encaixar e contribuir para o

contexto mais amplo da Estratégia Europeia 2020 e devem, portanto, ser compatíveis com os Programas Nacionais de Reforma. Os Estados-Membros são convidados a preparar ou rever as suas estratégias nacionais de inclusão das Comunidades Ciganas e apresentá-las à Comissão, até final de dezembro de 2011. Na primavera de 2012, a Comissão irá avaliar estas estratégias e apresentará um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre os progressos em cada Estado-membro.

No entanto, é difícil ver como as estratégias de Inclusão das Comunidades Ciganas vão contemplar as orientações restritas da Estratégia Europeia 2020. A EAPN tem defendido sistematicamente que tais estratégias nacionais precisam de fazer parte de uma UE abrangente e de uma estratégia nacional de proteção social e inclusão social, com um MAC Social reforçado.

A Década da Inclusão das Comunidades Ciganas

A Década da Inclusão das Comunidades Ciganas de 2005-2015 é um compromisso político entre 12 Estados-membros para melhorar a situação sócioeconómica e a inclusão social dos Ciganos. É uma iniciativa internacional que reúne governos, organizações intergovernamentais e não governamentais, bem como a sociedade civil cigana, para acelerar o progresso a fim de melhorar o bem-estar destas comunidades e para rever esse progresso de uma forma transparente e quantificável. Os governos dos 12 países comprometeram-se a combater as discrepâncias de bem-estar e as condições de vida entre os ciganos e a população geral, bem como as situações de pobreza e exclusão social. Cada um destes países tem desenvolvido um Plano de Nacional de Ação para a Década que especifica os objetivos e os indicadores nas áreas de prioridade: educação, emprego, saúde e habitação.

O Financiamento da UE

Todos os documentos políticos recentes da UE referem-se aos Fundos Estruturais como o instrumento fundamental da UE para fazer face às necessidades das Comunidades Ciganas. A Plataforma contra a Pobreza refere O Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) como ferramentas financeiras para que a UE financie a inclusão social e os objetivos de coesão social. Os Estados-Membros são, porém, responsáveis pela afetação e implementação do financiamento de projetos específicos de integração no contexto da Estratégia Europeia 2020 e da reforma da Política de Coesão. A Comissão comprometeu-se a trabalhar com as autoridades nacionais e regionais para uma melhor utilização dos fundos da UE com o objetivo de financiar as ações e iniciativas que beneficiam diretamente a população cigana. A Comissão criou, também, uma task force de alto nível, em setembro de 2010, para avaliar a eficácia dos Fundos Estruturais despendidos na Inclusão das Comunidades Ciganas.

Em abril de 2010, a Comissão publicou uma *Comunicação sobre as Comunidades Ciganas na Europa e um Relatório de Progresso sobre a Inclusão dos Ciganos entre 2008 e 2010*, que destaca o compromisso da Comissão em reforçar o impacto do FSE e do FEDER na promoção da Inclusão desta população. O documento afirma que geralmente não há falta de fundos, mas há falta de um compromisso político por parte de alguns Estados-Membros para recorrer aos Fundos Estruturais para a implementação de ações dirigidas às Comunidades Ciganas. É a primeira política de Comunicação da Comissão dedicada especificamente aos Ciganos.

O programa PROGRESS também tem sido utilizado, principalmente para financiar os *Peer Reviews* e os Estudos desenvolvidos no âmbito do MAC Social (SP & SI), e para sensibilizar e promover a participação, bem como a implementação de projetos transnacionais. Durante o ano Europeu de Combate à Pobreza (2010), os fundos foram utilizados por membros da EAPN para promover a participação direta das Comunidades Ciganas (por exemplo, na Bulgária).

Mecanismos de Governança e Parceria

A Plataforma Europeia para a Inclusão das Comunidades Ciganas reúne os governos nacionais, a União Europeia, as organizações internacionais e os representantes da sociedade civil cigana desde 2008. As reuniões da Plataforma ocorrem duas vezes por ano e tem como objetivos incentivar a cooperação e o intercâmbio de experiências sobre políticas e boas práticas de inclusão das comunidades ciganas. Até agora, as reuniões têm sido organizadas pela Presidência, promovendo o enfraquecimento do papel da Comissão. Deveria haver um contacto permanente a fim de garantir a continuidade do trabalho da Plataforma. A Comissária Viviane Reding apelou à Plataforma a necessidade de apoiar o novo Quadro Europeu sobre a Inclusão das Comunidades Ciganas, e a Comissão decidiu adotar um papel mais ativo na Plataforma e reforçar o papel desta estrutura, baseando-se na experiência e relacionando o seu trabalho com as quatro áreas prioritárias das estratégias nacionais de inclusão das Comunidades Ciganas.

A Comissão Europeia organiza duas vezes por ano, no âmbito das Presidências da UE, Cimeiras sobre as Comunidades Ciganas, com o objetivo de reunir representantes de alto nível das instituições da UE, governos nacionais e organizações europeias da sociedade civil.

O *Grupo de Alto Nível da UE para a Integração Social e Profissional das Minorias Étnicas*, criado no âmbito do Quadro Estratégico para a Não-Discriminação e a Igualdade de Oportunidades, representa uma oportunidade de reunir os conhecimentos disponíveis sobre esta temática.

As ONGs que trabalham diretamente nesta área

A Comissão Europeia promove o envolvimento da sociedade civil cigana no processo de decisão Europeu através da Plataforma para a Inclusão das Comunidades Ciganas e das Cimeiras Europeias sobre estas comunidades. No entanto, o novo Quadro não promove a consulta da sociedade civil, nem houve um processo de auscultação durante a sua elaboração. As 36 principais organizações Ciganas e pró-Ciganas reuniram-se em Budapeste, logo após a publicação do Quadro Europeu e, além de abordarem as suas debilidades, tais como a sua fragilidade quanto à discriminação e proteção contra a violação dos direitos fundamentais e a violência racista, a falta de ambição nas metas da educação e a falta de uma dimensão de género e juventude, criticaram a Comissão pela exclusão das Comunidades Ciganas do processo de decisão político.

A *Coligação Europeia para uma Política dos Ciganos (CPRE)* constitui uma importante rede que trabalha contra a discriminação dos ciganos a nível da UE. Trata-se de uma reunião informal de ONGs que intervêm no domínio da defesa dos direitos humanos, anti-discriminação, anti-racismo, inclusão social e os direitos das comunidades ciganas.

Esta Coligação funciona através da sensibilização junto das instituições da UE e dos Estados-Membros. Os seus membros são a Amnistia Internacional, o European Roma Rights Centre, o European Roma Information Office, o Open Society Institute, o European Roma Minority Rights Group, o European Roma Grassroots Organisations Network, o Policy Center for Roma and Minorities, o Roma Eudation Fund, a Fundación Secretariado Gitano, e a European Network Against Rascim (ENAR), que também é membro da EAPN. A ENAR organizou uma campanha, no ano passado, para protestar contra as políticas xenófobas que ocorreram em França.

5. O Papel dos Estados-Membros na monitorização dos Programas Nacionais

Os Estados-Membros são os principais responsáveis pela inclusão das Comunidades Ciganas, porque as principais áreas de inclusão destas comunidades são da responsabilidade nacional. Incluem o acesso a uma educação de qualidade, ao mercado de trabalho, à proteção social, à habitação e aos serviços básicos, assim como aos cuidados de saúde.

Os Estados-Membros serão convidados a apresentar à Comissão Estratégias Nacionais para a Integração das Comunidades Ciganas até ao final de 2011 (se eles aceitam comprometer-se no quadro proposto), especificando a forma como vão alcançar os objetivos globais de integração ao nível da UE, incluindo a definição de objetivos nacionais e permitindo o financiamento suficiente (nacional, europeu e outros) para concretizá-los. Este documento vai contribuir para os Programas Nacionais de Reforma.

O Comité da Proteção Social está atualmente a discutir o papel do MAC social na Europa 2020 e se haverá continuação / adaptação dos relatórios nacionais sobre a

proteção social e inclusão social. Se for acordado, as Estratégias Nacionais para a Integração das Comunidades Ciganas deverão estar ligadas a essas novas estratégias de Inclusão Social e depois integradas nos PNR.

A Comissão apresentará um relatório anual ao Parlamento e ao Conselho Europeu sobre os progressos da integração das comunidades ciganas nos Estados-Membros e sobre a concretização dos objetivos de inclusão destas comunidades. A monitorização será baseada, por exemplo, nos PNR, no MAC, na Agência dos Direitos Fundamentais (ADF) e nos resultados do inquérito às famílias ciganas, e dos próprios sistemas de monitorização dos Estados-Membros.

A Comissão propõe também algumas ações e instrumentos para certificar-se de que os fundos da UE são utilizados de forma mais eficaz para apoiar a inclusão das Comunidades Ciganas. Os países da UE são convidados a alterar os seus programas operacionais co-financiados pelos Fundos Estruturais e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural para melhorar o apoio aos ciganos através dos projetos que lhes são direcionados.

No entanto, todos os Estados-Membros estão comprometidos em cumprir os objetivos comuns do MAC Social (SP & SI), que apoia o acesso aos direitos, recursos e serviços para todos os grupos, bem como a mobilização e participação de todos os intervenientes, assim como o facto de terem assinado a Carta dos Direitos Fundamentais, que tem um peso legal. Através da Estratégia Europeia 2020, a UE deixa claro a necessidade de aumentar a governança económica e a coordenação social, como prioridades e objetivos comuns, incluindo os objetivos de redução da pobreza.

6. As principais preocupações da EAPN

- Combater a discriminação e garantir a igualdade de acesso aos direitos, recursos e serviços para as Comunidades Ciganas e Travellers;

- Desenvolver estratégias multidimensionais e integradas que permitam uma resposta política coerente às barreiras que existem para a inclusão social, incluindo o rendimento mínimo adequado, o emprego, a habitação, a saúde, a educação e outros serviços, através de uma abordagem articulada e geracional;

- Promover uma participação ativa e o empowerment das comunidades ciganas no desenvolvimento, concretização e implementação de soluções políticas;

- Incorporar as estratégias nacionais e europeias para a Integração das Comunidades Ciganas nas estratégias nacionais globais para a proteção social e inclusão social, e nos planos nacionais de ação para a inclusão social, de forma a contemplar igualmente os Programas Nacionais de Reforma.

Referências

Algumas organizações a nível Europeu que trabalham no domínio da inclusão das Comunidades Ciganas

- ODIHR Contact Point for Romes and Sinti issues
- Decade of Roma Inclusion 2005-2015
- European Roma Policy Coalition (ERPC)
- European Network against Racism (ENAR)
- European Roma Information Office (ERIO)
- The European Roma Rights Centre (ERRC)
- Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE)
- European Roma and Travellers Forum (ERTF)
- Minority Rights Group International (MRG)
- Open Society Foundations – Roma Initiatives
- The Roma Education Fund
- Fundación Secretariado Gitano
- Amnesty International on Roma
- Roma National Congress
- World Bank on the Roma

Instituições Europeias

- Council of Europe: Roma and Travellers
- European Commission: the European Union and Roma
- Fundamental Rights Agency: Roma and Travellers
- European Commission against Racism and Intolerance
- European Platform for Roma Inclusion
- European Roma Summits
- EU high level group for the social and labour market integration of ethnic minorities

Documentos de referência

- Council conclusions on an EU Framework for National Roma Integration Strategies up to 2020 (2011)
- Opinion of the Social Protection Committee on Roma Inclusion (2011)
- EU Framework for National Roma Integration Strategies up to 2020
- European Parliament resolution: EU strategy on Roma inclusion (2011)
- Council conclusions on advancing Roma inclusion (2010)
- Improving the tools for the social inclusion and non-discrimination of Roma in the EU (2010)
- EU projects in favour of the Roma community (2010)
- Housing conditions of Roma and Travellers in the EU (2009)
- Health and the Roma community: analysis of the situation in Europe (2009)
- Data in focus report - the Roma - FRA EU-MIDIS survey (2009)
- European Commission Staff Working Document: Roma in Europe - Progress Report (2008-2010)

- European Commission Staff Working Paper on Roma (2008)
- Consultation process on future FRA work on Roma and Travellers issues (2008)
- Report on Social Integration of Ethnic Minorities and their Full Participation in the Labour Market (2007)
- European Parliament study: The social situation of the Roma and their improved access to the labour market in the EU (2006)
- The Situation of Roma in an enlarged European Union (2004)

Este documento foi elaborado por Susanna Vilkamaa e traduzido para português por Elodie Marlier.

INFORMAÇÕES E CONTACTOS

Para mais informações sobre esta publicação, contacte:

Sian Jones
sian.jones@eapn.eu – 0032 (2) 226 58 50

Para mais informações sobre as posições, publicações e atividades da EAPN:

www.eapn.eu

EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK. A reprodução é autorizada mediante citação da fonte. Junho de 2011.

EAPN recebe o apoio da Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades da Comissão Europeia. O seu financiamento decorre no âmbito do Programa Comunitário para o Emprego e a Solidariedade Social (2007-2013).

Para mais informações:
www.ec.europa.eu/employment_social/progress/index_en.html

O conteúdo desta publicação não reflete necessariamente a posição da Comissão Europeia.